

Credores avaliam hoje proposta do Brasil

por Paulo Sotero
de Washington

O comitê representativo dos bancos credores apresentará hoje ao governo brasileiro, em Nova York, um breve documento, no qual contesta "como inaceitável a filosofia da proposta brasileira" e procura estabelecer os parâmetros para um entendimento de estilo convencional, disse-ram fontes financeiras a este jornal.

"Não será uma contraproposta, mas um enunciado do que os bancos consideram a base filosófica para um acordo", afirmou uma fonte do comitê.

Se o documento constitui ou não uma contraproposta dos bancos é "uma questão acadêmica", ressaltou um outro banqueiro, explicando que ele não comporta ultimatos nem uma resposta imediata e foi calculado para que as negociações prossigam.

"Será um documento de tom positivo, no qual os bancos deixarão claro que a filosofia da proposta brasileira está muito distante de tudo o que se fez até agora e apresentarão os elementos que consideram necessários para um acordo", disse uma fonte do comitê. "Os bancos querem um acordo de tipo convencional." Sem querer explicitar quais são os elemen-

tos que os bancos consideram indispensáveis ao entendimento, a fonte indicou-os, por exclusão, ao criticar a proposta brasileira. "Os bancos apresentarão a base filosófica para um acordo e dirão que não aceitam negociar capitalização, direta ou indireta, de juros."

Eles afirmarão, também, que não aceitam propostas que visem criar uma divisão entre os bancos, de um lado, e as organizações multilaterais e oficiais de crédito, de outro, acrescentou o banqueiro. Além disso, os credores "não aceitam negociar sobre a vinculação de empréstimos com performance econômica", disse o banqueiro, mencionando um dos aspectos mais controvertidos das negociações.

O governo brasileiro recusa-se a vincular os desembolsos de empréstimos negociados num eventual acordo com os bancos aos desembolsos de um empréstimo que venha a receber do Fundo Monetário Internacional (FMI) — e nesse item obteve algum apoio do governo de Washington.

O documento dos bancos começou a ser preparado numa reunião do comitê de bancos, realizada na última quarta-feira, na qual começou a se colocar em prática as instruções rece-

bidas da reunião dos presidentes de conselho de administração ("chairmen") de doze das catorze bancas do comitê, que se realizou na tarde do último domingo, em Washington, conforme noticiado por este jornal.

De acordo com executivos de três bancos americanos com assento no comitê, a expectativa dos credores é que os negociadores brasileiros estudem o documento e voltem com uma resposta, em duas semanas. "Se o Bresser distribuir o documento à imprensa, como fez com a proposta brasileira, é porque não quer negociar seriamente", acrescentou um banqueiro.

Um executivo sênior de um grande banco de Nova York esclareceu, contudo, que a intenção do documento dos banqueiros será permitir que as negociações prossigam e que, num novo encontro, a se realizar em meados do mês, haja progresso suficiente para evitar o rebaixamento da classificação dos empréstimos ao Brasil pelas autoridades bancárias norte-americanas.

Pelo menos em relação a este ponto parece já ter havido uma significativa aproximação de pontos de vista nas conversas que re-

presentantes dos dois lados tiveram durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, em Washington. E a pressão exercida, sobre os dois campos, pelo Departamento do Tesouro norte-americano parece ter sido decisiva nesse processo.

Anteriormente, a resposta padrão dos bancos, a respeito do risco de reclassificação de seus créditos ao Brasil, era de que eles não estavam particularmente preocupados com o assunto, procurando, assim, colocar nos ombros do governo brasileiro a responsabilidade de fazer as concessões necessárias para evitar o rebaixamento.

A reação das autoridades brasileiras era semelhante. Várias vezes, nas últimas semanas, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e seus assessores afirmaram que a decisão sobre a classificação dos empréstimos não era "problema nosso".

Claramente, isso mudou. Perguntado ontem por este jornal, se havia mudado a percepção do governo brasileiro sobre a importância da reclassificação, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, afirmou: "Nunca disse que esse problema é deles ou nosso.

Realmente a decisão é deles (da comissão regulamentadora dos EUA)".

"Mas acho de mútuo interesse que se demonstre progresso das negociações de modo que não haja essa reclassificação", acrescentou. "Acho que isso não é só do nosso interesse, mas é também do interesse dos bancos. Se estamos negociando para chegar a um acordo, não há necessidade de se chegar a essa reclassificação. Acho que é interessante para ambas as partes que isso não ocorra. Não há a menor dúvida", enfatizou o presidente do BC, que mais uma vez chefiará a delegação brasileira na reunião com os banqueiros.

Paralelamente, a equipe de negociadores tem procurado cultivar as linhas de comunicação e as relações com o Tesouro norte-americano. Assim, aos aplausos públicos que Bresser dedicou ao discurso do secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, no plenário da reunião anual do FMI e do Banco Mundial, na última quarta-feira, altos funcionários do governo adicionaram seus elogios pessoais, afirmando, em conversas particulares com seus colegas norte-americanos, as posições do Tesouro em relação

ao Brasil nas negociações com os bancos. Nesses contatos, tem-se procurado reafirmar ao governo de Washington a disposição de Brasília de se caminhar o mais rapidamente possível nos entendimentos com os bancos, não se descartando a possibilidade de se chegar a um acordo antes do fim deste ano.

Para que isso aconteça, o governo brasileiro terá, contudo, de fazer concessões bem maiores do que a do pagamento simbólico de juros que, segundo todas as indicações disponíveis, já decidiu fazer ao primeiro sinal de flexibilidade dos bancos.

"Os bancos vão acabar aceitando propostas de securitização da dívida", disse um banqueiro, referindo-se à parte não convencional da oferta de negociação que o Brasil apresentou aos credores na semana passada. Mas isso é coisa do futuro e não ocorrerá, acrescentou, enquanto não ocorrerem duas coisas: o País aceitar pagar "o aluguel do dinheiro que tomou emprestado dos bancos" e apresentar um plano econômico convincente.

Estes serão os elementos mais importantes da "bill of rights" que, segundo o banqueiro, os credores colocarão hoje sobre a mesa.